

Rupturas e Continuidades na Produção Cultural Brasileira: Introdução

Stephanie Dennison, Tori Holmes e Sara Brandellero

O ano de 2022 foi significativo no calendário cultural do Brasil: marcou o bicentenário da independência do Brasil e o centenário da Semana de Arte Moderna de São Paulo, esta última tradicionalmente tida por muitos como um momento de ruptura com o passado dentro da história da produção cultural brasileira. Uma série de eventos e publicações comemorou o centenário da Semana de Arte Moderna (13 a 17 de fevereiro de 2022), tanto em termos de reflexão sobre a riqueza e criatividade do modernismo brasileiro, quanto do que foi negligenciado/excluído nas discussões deste período. Vários museus, galerias e institutos culturais, particularmente em São Paulo e arredores, se inspiraram no centenário para expandir os limites artísticos e ampliar a variedade de modalidades artísticas que chegam ao público e das vozes que são ouvidas nas principais galerias e museus. Exemplos disso são as exposições há muito esperadas em torno da obra e do legado do ativista afro-brasileiro Abdias Nascimento (1914-2011) em Inhotim e no MASP; a celebração de 100 anos de modernismo negro como tema da Festa Literária das Periferias de 2022; e a colocação em primeiro plano das culturas indígenas na série sobre modernismo do Itaú Cultural “Mekukradjá – círculo de saberes”, intitulado “A gente somos – Reantropofagizando o Brasil”. Vários autores também

contribuíram para os debates em torno da Semana e sua ressonância com a contemporaneidade, como José Miguel Wisnik (2022) e Ana Paula Cavalcanti Simione (2022). O aniversário de 1922, então, ofereceu uma oportunidade para artistas, curadores e acadêmicos fazerem um balanço, e particularmente em um contexto em que a chamada ‘virada decolonial’ nas artes visuais e na literatura, por exemplo, e o legado do movimento mundial Vidas Negras Importam, estavam impactando o cenário cultural brasileiro de maneiras marcantes.

Ao mesmo tempo, foi significativo o fato de a Secretaria Especial de Cultura, em exercício em 2022, ignorar o centenário da Semana de Arte Moderna, optando por promover o que descreveu como obras criadas por “verdadeiros artistas”: pintura, literatura e música brasileiras que antecederam a Semana de Arte Moderna. Em relação ao bicentenário da independência brasileira, a Secretaria de Cultura investiu pesadamente na promoção de uma versão não revisada da independência que celebrava a “liberdade”, sem fazer referência à continuação da escravidão no Brasil recém-independente. Tal referência teria sido especialmente pertinente, dada a recorrência de casos do trabalho análogo à escravidão que persistem no país até hoje. O ano de 2022 testemunhou também cenas altamente bizarras em torno do traslado do coração de Dom Pedro I ao Brasil, e o aproveitamento do bicentenário da independência por parte do então Presidente de fazer uma vergonhosa tentativa de propaganda eleitoral. De uma maneira geral, o único gesto significativo visando marcar o bicentenário por parte de órgãos institucionais foi a reformulação pelo Ministério das Relações Exteriores dos antigos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) para os novos Institutos Guimarães Rosa. Modelados nos Institutos Camões e Cervantes, que promovem a língua e a cultura de Portugal e Espanha, respectivamente, e produtos de uma iniciativa que vinha

sendo projetada há décadas, os Institutos Guimarães Rosa foram criados para fornecer um pensamento mais integrado sobre a promoção da cultura brasileira e do português brasileiro no exterior.¹

Este dossiê se inspira neste momento crucial de dupla comemoração para considerar o papel da produção cultural no Brasil no enfrentamento de velhos desafios e demandas recentes, em um momento de desenvolvimentos sociais e políticos significativos no país e na região latino-americana como um todo. O Brasil enfrenta atualmente uma série de grandes desafios, tanto no âmbito econômico, quanto no que diz respeito ao impacto contínuo da pandemia da COVID-19 e às divisões políticas potencialmente explosivas após as eleições de 2022. Em 2022, a cultura em si corria o risco de ficar à margem do debate, como testemunhado, por exemplo, na visão problemática de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro no que diz respeito o financiamento das artes e educação: fato demonstrado pelo rebaixamento do Ministério da Cultura por Temer e sua completa extinção por parte de Bolsonaro.

Dado o clima de polarização política, notando que Bolsonaro foi derrotado com a mais estreita das margens no segundo turno das eleições presidenciais no final de 2022, e o impacto contínuo das “guerras culturais” na agenda política atual, fica claro porque as investigações sobre os estudos culturais brasileiros contemporâneos são tão urgentes. Ao considerarmos as comemorações de 2022, somos levados a refletir sobre o potencial simbólico das diferentes dinâmicas ideológicas em jogo. Isso inclui uma reflexão sobre a vitória de Lula nas eleições presidenciais para significar outro grande período de ruptura cultural. A imagem alegre que enfeita a capa deste volume, da posse de Lula em 1º de janeiro de 2023, representa uma

¹ O fato de o instituto ter o nome de um canônico “homem branco morto” não passou despercebido: veja, por exemplo, o trabalho de Carmen Villarino Pardo (2024) apresentado na 6ª conferência REBRAC em Leiden.

ruptura do tipo simbolizada pela Semana de Arte Moderna, em termos de um compromisso com maior diversidade e inclusão na política, vida social e artes? Ou será que as imagens dos ataques ao Planalto, apenas uma semana depois, apontam para uma crise da democracia que é muito mais uma continuidade deprimente do que uma ruptura, especialmente tendo em vista que o ano de 2024 marca o 50º aniversário do golpe de estado que deu início a 21 anos de ditadura?

Diante destes questionamentos e perspectivas tão contrastantes, e aproveitando os holofotes voltados para a cultura e a história cultural brasileiras, este dossiê propõe fazer um balanço e considerar como os estudos culturais brasileiros podem responder de forma crítica e produtiva aos emaranhados passados e presentes de cultura e política, e/ou cultura e história/memória. Com base em trabalhos recentes sobre produção e representação cultural indígena e negra, o dossiê reúne artigos sobre os temas de memória e contestação, considerando-os interseccionalmente, com atenção às questões de raça, gênero e classe. Os artigos aqui reunidos abordam as seguintes questões-chave:

- Quais são as implicações para a cultura e a produção cultural na era Lula 3.0 dessas visões muito diferentes sobre o que constitui "arte real" e sobre o que deve ser comemorado no passado da nação — e reconhecido, apoiado e celebrado no momento presente?
- Que conclusões podem ser tiradas sobre o estado da produção cultural brasileira em relação à forma como atores estatais e não estatais comemoraram o centenário da Semana de Arte Moderna, além de observações talvez simplistas em relação ao conservadorismo cultural de Bolsonaro e seus apoiadores?

- Como as correntes e movimentos recentes, como a “virada decolonial”, contribuíram para mudar a compreensão da cultura e da história cultural brasileiras e as suas abordagens crítico-analíticas?

O impulso para esta edição especial veio do 5º Congresso Internacional da REBRAC (Rede Europeia de Brazilianistas de Análise Cultural) realizado na Universidade de Leeds, na Inglaterra, em outubro de 2022. O dossiê contempla sete artigos que surgiram a partir de apresentações feitas pelos seus autores no Congresso e subsequentes debates com os participantes.

Ao abrir o dossiê, o artigo de Gilberto Sobrinho (Unicamp), “Abdias Nascimento no século XXI e o trânsito de suas obras e ideias nos circuitos da diversidade”, se posiciona com relação às problemáticas apresentadas acima através de uma discussão sobre a presença e exclusão de artistas negros nos circuitos de arte no Brasil. A discussão se articula a partir da figura emblemática de Abdias Nascimento, cuja obra artística multimedial e ativismo cultural estão intrinsicamente ligados a, e inspiradores de, lutas de movimentos sociais, políticos, bem como artísticos, por justiça racial no país ao longo dos séculos XX e neste início do século XXI. No artigo, Sobrinho salienta a visibilidade tardia da obra de Nascimento nos espaços de arte do país e reflete sobre seu significado dentro de uma agenda de determinados circuitos cada vez mais pautados pela diversidade.

Em “Florestas vivas e partilhas estéticas: rupturas e continuidades para a construção de uma trajetória sobre arte e ecologia no Brasil”, Alessandra Mello Simões Paiva propõe um breve estudo historiográfico e panorâmico da produção artística no Brasil das últimas décadas, com foco no que define como a “virada decolonial na arte” (Paiva 2022). A partir de uma abordagem interdisciplinar e abertamente decolonial, a autora ressalta a história das

relações entre arte e ecologia no contexto brasileiro, evidenciando como os artistas, nesta virada decolonial, se posicionam criativamente e de forma comprometida face à catástrofe ecológica com a qual o mundo contemporâneo se depara.

O artigo "Núcleo Retomadas no MASP – (re)colonialidade e resistência", de Flavia Meireles, discute o caso do núcleo temático 'Retomadas' (sob a curadoria de Sandra Benites e Clarissa Diniz), cancelado e depois reinserido na exposição 'Histórias Brasileiras' do Museu de Arte de São Paulo em 2022, ano do centenário da Semana de Arte de São Paulo e bicentenário da independência brasileira. A autora analisa a polêmica, que girava em torno da inclusão/exclusão de seis fotografias que documentavam a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos movimentos indígenas para demarcação de terras, por meio de notas, cartas públicas, entrevistas e negociações institucionais. Examina a "choque de visões" sobre a exposição desde uma perspectiva decolonial/recolonial, e considera em que medida o episódio do núcleo 'Retomadas' fez emergir um debate sobre poder, colonialidade, censura e silenciamento no contexto dos museus brasileiros, mas também sinalizou a possibilidade de respostas coletivizadas frente a tal conjuntura, tomando em consideração os vínculos éticos e sociais, e não somente estéticos, das imagens envolvidas na polêmica.

Em, "A Semana de Arte Moderna sob a modernidade televisiva em *Um Só Coração*", Álvaro André Zeini Cruz discute a representação de A Semana na minissérie produzida pela TV Globo e exibida em 2004. O artigo foca principalmente nos cinco primeiros capítulos da minissérie e sua representação da cidade de São Paulo nos anos 20 e momentos centrais ligados a este celebrado marco na história da produção cultural do Brasil. Produzida e promovida para coincidir com as comemorações dos 450 anos da fundação da capital paulista,

a minissérie opta por lançar mão de códigos de produção televisiva convencionais, privilegiando a narrativa sobre os eventos da Semana em detrimento da valorização estética das obras e tendências promovidas pelo movimento artístico.

O artigo “Who’s Afraid of *Boi Neon*? Fertilizing Utopias in the *Sertão*” de autoria de Karen Sztajnberg, segue a discussão proposta no dossiê sobre o audio-visual no contexto brasileiro contemporâneo, desta vez com foco no aclamado filme de Gabriel Mascaro, de 2015. Em sua análise detalhada do longa, Sztajnberg analisa a obra deste artista transmediático com foco em questões de gênero e sexualidade, tomando como contexto a guinada mundial para a direita e o impacto disso numa crescente ameaça à defesa da igualdade de gênero, diversas concepções de conjugalidade e reprodução familiar e direitos LGBTQIA+. Em sua discussão deste filme de estrada, Sztajnberg o considera em relação ao momento de transição em que o Brasil também se encontrava, transição dos governos progressistas de Lula e Dilma Rousseff para o governo reacionário de Bolsonaro. Sztajnberg argumenta que o filme apresenta uma realidade nordestina em que, desafiando expectativas, estereótipos de gênero são abolidos e o prazer e busca da auto-realização pessoal se perfilam como ‘não evento’, se propondo, desta forma, como visão utópica: uma alternativa, escreve Sztajnberg, a visões tradicionais de práticas do cuidar e estruturas familiares na realidade do capitalismo tardio.

No penúltimo artigo “Chronicles of Re-existence: Ruptures and (Re)encounters Promoted by Contemporary Brazilian Indigenous Literature”, Gislene Trindade analisa o livro *Crônicas de São Paulo: Um Olhar Indígena* de Daniel Munduruku focando em como o autor usa estratégias decoloniais para revisitar e narrar a história da cidade de São Paulo, e do Brasil, a partir de uma perspectiva indígena. Na ótica de Trindade, a abordagem de Munduruku

pode ser considerada um exemplo de reantropofagia, termo cunhado pela artista Denilson Baniwa para se referir à apropriação da antropofagia modernista pelos povos indígenas. Para a autora, em *Crônicas de São Paulo*, Munduruku reantropofagiza não só o gênero literário (e muitas vezes colonial) da crônica, mas também a história e o espaço urbano da maior cidade do Brasil, revelando e celebrando as influências e memórias indígenas presentes neles, mas muitas vezes invisibilizadas.

Finalmente, Francianne dos Santos Velho traz uma perspectiva da cultura digital ao analisar o perfil @faxinaboa, criado nas redes sociais por Verônica Oliveira, uma trabalhadora doméstica negra (e futura influenciadora digital), em “Playful Digital Narratives by Black Women Domestic Workers in the Social Media Account ‘@Faxina Boa’ (Good Cleaning)”. O artigo dialoga com o quadro *A Negra* da artista modernista Tarsila do Amaral de 1923 para mostrar como Oliveira, no século 21, usou as redes sociais para disponibilizar narrativas digitais que priorizavam a experiência e a perspectiva da trabalhadora doméstica negra, muitas vezes de forma lúdica e divertida, contribuindo também para o debate sociopolítico no Brasil sobre representações do trabalho doméstico. Para dos Santos Velho, apesar dos desafios do espaço digital, o conteúdo digital criado por Oliveira constitui um exemplo de “alguimia digital”, nos termos de Moya Bailey, mostrando como as plataformas digitais de uso cotidiano, e fragmentos culturais diversos, podem ser reaproveitados (ou até, poderíamos dizer, antropofagizados) para fins de justiça social nas mãos de “cidadãos brincalhões” (conceito de Lammes et al.).

A REBRAC foi lançada em 2015 para fornecer um espaço para pesquisadores experientes e de pós-graduação / início de carreira que trabalham na análise cultural.² Desde sua fundação, a REBRAC é administrada de forma totalmente voluntária pelas três fundadoras (e organizadoras deste dossiê): Stephanie Dennison, da Universidade de Leeds na Inglaterra, Sara Brandellero, da Universidade de Leiden nos Países Baixos, e Tori Holmes, da Queen's University Belfast na Irlanda do Norte. As organizadoras agradecem a colaboração dos membros da REBRAC na elaboração deste número temático da revista *Brasiliانا*, que representa mais uma publicação colaborativa a ser realizada a partir de eventos da rede (para maiores informações, referir-se ao site <https://rebracweb.wordpress.com>). Um agradecimento especial também para Anna Grimaldi, editora geral da *Brasiliانا*, por ter acompanhado o processo de produção deste número ao longo das diferentes etapas.

Referências

Paiva, A. S. (2022). *A Virada Decolonial na Arte Brasileira*. Bauru: Mireveja.

Pardo, C. V. (2024). "Diplomacia e cultura na internacionalização do Brasil. O caso do Instituto Guimarães Rosa", apresentação feita no VI Congresso Internacional da REBRAC, Universidade de Leiden (18-20 de abril, 2024).

Simioni, A. P. C. (2022). *Mulheres modernistas: estratégias de consagração da arte brasileira*. São Paulo: Edusp.

Wisnik, J. M. (2022). "Semana de 22 ainda diz muito sobre a grandeza e a barbárie do Brasil de hoje", *Folha de S. Paulo*, 12 Fevereiro.

² Desde 2019, a associação à REBRAC, que é gratuita, está aberta a pesquisadores de estudos culturais brasileiros radicados em qualquer lugar do mundo: [REBRAC | Rede Europeia de Brazilianistas de Análise Cultural / European Network of Brazilianists Working in Cultural Analysis](#) [Acesso em 28/12/2024]